CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diario da Manhe Class.: 27

Data: 13/12/83

Funai demarca eserva dos

A promessa foi feita ontem aos índios. Mas o impasse continua

O presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, man-teve um contato telefônico ontem com o cacique Milton (Krahô) e prometeu que a partir de março a reserva dos indios Apinajés, no município de Tocantinópolis (a 1.380 quilometros de Goiânia), começará a ser demarcada. Desta forma chega ao fim o impasse entre a Funaj e os indios, Carajá, Funai e os indios, Carajá, Xerente e Krahô, que estavam apoiando os Apinaje na luta pela demarcação de suas terras.

O impasse durou 16 dias, mas o órgão terminou cedendo ante a pressão dos indios que chegaram a ameaçar expulsar os fazendeiros e posseiros que estão estabelecidos na área da reserva Apinajé. Segundo um funcionário da Ajudância de Araguaina, o presidente da Funai enviará um telex assinado para o cacique da nação Apinajé, assumindo o com-promisso de demarcação da área. Já a equipe de técnicos que está na região de Tocantinópolis, fazendo um levan-tamento fundiário da reserva Apinajé, deverá concluir os trabalhos nos próximos dois meses.

SEM PODER

De acordo com um decreto presidencial e a portaria 002, de 17 de março de 1983, a Funai não tem competência para garantir demarcação de áreas indígenas. Os técnicos do órgão fazem apenas um levantamento Tha área e elaboram um documento que passa a ser apreciado por trabalho do um grupo de Ministerio trabalho Ministério

Assuntos Fundiários. Caso seja aprovado, o documento é entregue ao presidente da República, que assina um decreto para a demarcação das terras.

Já o impasse com relação a Ajudância da Funai de Araguaina continua. O presidente do órgão. Octávio Ferreira Lima, não abre mão do nome de Lima Colia para contra de Airillea Colia para contra de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra del contra de la Wilker Célio para ocupar o cargo. Mesmo assim, um grupo de indios das quatro nações continuam ocupando a Ajudâncontinuam ocupando a Ajudan-cia à espera de uma solução que parece difícil, pois Ferreira Lima afirma que não "é uma questão de autoritarismo, mas de autoridade".

Hoje havera uma reunião dos

caciques em Araguaína quando será feita uma avaliação sobre o impasse. Os indios não aceitam que Wilker Célio assuma a Ájudância e já indicaram André Vilas Boas, que não foi aceito.

AUDITORIA

A Funai enviou uma equipe para fazer uma auditoria na Ajudância de Araguaina, mas os indios não permitiram que o trabalho fosse iniciado ontem. Paralelo à auditoria será aberto um inquérito administrativo e, posteriormente, policial, para apurar responsabilidades sobre os gastos, caso isso se faça necessário.

O objetivo do inquérito administrativo é para saber se houve participação de fun-cionários da Funai no incita-mento aos índios. Caso isso fique comprovado, os acu-sados terão que responder criminalmente pelos atos co-metidos. (Carlos Honorato)

Vereadores investigam incitação aos indígenas

A Câmara Municipal de Tocantinópolis está investigando a questão indígena da re-gião, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que deverá ser concluída em janeiro do próximo ano. Até agora, várias pessoas já foram ouvidas fazendeiros e posseiros. Segundo o vereador Jose Bonifácio (PDS), a intenção é saber tudo o que se passa na região e, caso seja comprovada a participação de brancos para insuflar os índios contra os proprietários da região, "resproprietarios da região, ponsabilizá los criminalmente

Agente da Policia Federal dicenciado por ter sido eleito vereador em novembro do ano passado, Bonifácio garante que "se for necessário, iremos convocar até funcionários da Funai, que trabalham nas al-deias". Isto porque ele descon-fia que "existe uma trama de brancos que estão usando os indios como massa de manobra para defender interesses escusos e que poderá trazer prejuízos, ao progresso do município ESTUDO

O vereador José Bonifácio ^eacaba de fazer um estudo da ³questão indígena da região e acredita que demarcar uma "area de 102 mil hectares para os indios não é benéfico para Tocantinópolis". Bonifácio diz cisso baseado no seguinte: ele dividiu os 560 mil hectares do município em duas partes: "A"

Na área "A", onde fica a reserva Apinajé, cada indio teria direito a 245 hectares, isto dividindo-se 102 mil hectares por 416 indios das aldeias Mariazinha a Sao José O restante, 178 mil hectares da parte "A", de um total de 280 mil hectares, ficaria apenas seis hectares para cada habitante. Isto se o total restante fosse dividido entre os 30 mil habitantes do município.

Explica o vereador que a área onde ficará a reserva é a de produção e sobrevivência para os 30 mil tocantinopolinos, visto que a região "B" comporta menos de cinco mil habitantes, sendo muito menos densa" Bonifácio diz que a área "A representando a metade do município, tem o seu comércio e escoamento de sua produção, devido a rodovia Belem-Brasília que liga Tocantinópolis a Wanderlândia e Araguaina, constituindo numa região desvinculada do município e objeto de futuro desmembramento territorial para Wanderlândia'

Observa o vereador que "os silvicolas não querem a terra pela terra, pretendem e sonham com as chácaras e fazendas formadas ao longo dos anos e que os deixariam - por pouco tempo — na fartura, em detrimento de toda uma co-munidade centenária". (C.H.)

 $m{j}$ A luta pela demarcação **S**começou na década de 20

A luta dos Apinajes pela demarcação de suas terras vem desde 1925, quando os in-digenas eram tutelados pelo extinto Serviço de Proteção ao Indio. Mas a questão quase gerou um conflito entre indios e fazendeiros em outubro último. Peões da fazenda do ex-deputado Alziro Gomes (PDS) fizeram um retiro para colocar gado às margens do Ribeirao Grande, a 10 quilômetros de Tocantinópolis e próximo a al-deia São José. O fato desa-gradou os Apinajés, que resoleveram fechar o retiro, pois consideraram a atitude como uma invasao.

Segundo os indios, a partir daí o ex-deputado teria feito gestões em Brasilia, dizendo que os Apinajes estavam

atacando propriedades naquela região e pedindo providências

urgentes. Isto gerou um clima de animosidade entre os índios e os fazendeiros. Este fato teria sido, na opinião dos indios, a causa da demora na demar-cação que vem sendo adiada há vários anos, apesar do prazo ter expirado em 1978.

Junto a isso existe a questão dos posseiros, que teriam de ser remanejados e indenizados. Só que isto foge da competência da Funai e teria que ser resolvido pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins. Mas a convivência pacífica é um fato totalmente descartado pelos indios. Tudo em função de que dos 102 mil hectares da reserva, apenas 25 por cento são de terras cultivavési e estão nas mãos dos fazendeiros e posseiros. Aos Apinajés sobram apenas terras de chapadão de areia. (C.H.)